

lidados no tempo, que não se modificam da noite para o dia. A estratégia de criar condições para projetos locais de intervenção, que integram o trabalho educativo ao ambiente que cerca a escola, parece um caminho interessante na direção de uma mudança significativa nos "corações e mentes" dos atores responsáveis pela educação das novas gerações: professores e profissionais que lidam diretamente com os alunos, mas também pais, trabalhadores, militantes, empresários. A filosofia geral de "discriminação positiva", que fundamenta a proposta das ZEPs, é reafirmada, assim, através de uma variedade muito grande de respostas às "situações desiguais de desigualdade", como colocam os autores.

Maria M. Malta Campos

A ESCOLA PÚBLICA COMO LOCAL DE TRABALHO

CELESTINO ALVES DA SILVA JR.
São Paulo, Cortez, 1990

Estudos que analisam as funções da escola, seja como agente de ensino, seja como instituição social, constituem uma farta literatura e oferecem um leque muito amplo de temas. Ao contrário, publicações específicas da área de administração escolar, até pelo menos a década de 80, no Brasil, costumam abordar o tema da finalidade da escola apenas do ponto de vista de seu funcionamento enquanto organização, estreitando a abrangência das investigações e equivocando-se ao tomar o paradigma da administração de empresas capitalistas. Contribuições mais recentes, e a própria crise por que passa a educação, têm provocado o redirecionamento do ângulo de observação desse objeto de estudo, a escola.

Em *A escola pública como local de trabalho*, o professor Celestino da Silva Jr. faz um caminho inverso ao dos modelos de administração escolar que

preconizaram princípios administrativos empresariais: aponta a escola pública brasileira — examinando mais de perto a escola pública — como um local de trabalho onde o patrão-Estado não atende às mínimas exigências da racionalização do trabalho e impõe a seus trabalhadores relações de trabalho que "... ainda se encontram próximas de etapas pré-capitalistas dos modos de produção" (p.114). Argumenta que a finalidade e a natureza do trabalho escolar é que deveriam servir como critérios administrativos e como fundamentos para uma teoria da administração escolar, demonstrando a inconsistência prático-teórica de propostas, tanto acadêmicas quanto tecnoburocráticas, que não se apóiam na realidade cotidiana da escola pública e na vontade dos trabalhadores que ali se encontram para ensinar ou estudar. Por isso essa obra interessa aos administradores escolares e a todos os que se preocupam com a escola pública.

Justificando a escolha do foco na escola pública (para esse trabalho originalmente apresentado para Livre-Docência na UNESP-Campus de Marília), Silva Jr. aponta a diferença básica entre a escola pública e a particular: sendo a escola o local onde os alunos passam de um estágio menos desenvolvido de conhecimento para outro mais elaborado, esta assume a função de "elevar" as pessoas. No caso da escola particular, diz ele, as "açensões" são individuais, enquanto na escola popular, ao contrário, a superação dos estágios se dá coletivamente, porque o trabalho é de construção social, de reversão das condições em que se encontram tanto o aluno quanto o trabalhador do ensino. Assim, o exame da escola pública passa obrigatoriamente pela proposta de articulação dos interesses desses dois grupos, embora esse projeto coletivo seja dificultado pela distância que os trabalhadores técnico-científicos — entre eles os especialistas da educação — se colocam em relação aos demais trabalhadores. Nem sempre têm consciência de que estão subordinados aos interesses do capital, de que a organização hierárquica, o parcelamento das tarefas e o controle do trabalho alheio servem ao capital e

justificam a sociedade de classes, conforme as análises de H. Braverman, S. Marglin e A. Gorz, em que o texto se apóia. O autor chama também a atenção para uma expressão que vem aparecendo nas discussões sobre a situação profissional dos professores da escola pública: "a proletarização do magistério" e o sentido pejorativo que ela incorpora quando os educadores rejeitam ser tratados como proletários, por considerá-los desqualificados, mas não se sensibilizam com as condições de vida destes. Porém, afirma, as crises servem para propiciar a mudança de ótica e de comportamento, facilitadora de uma luta coletiva para recuperação da educação popular.

Com o fim de incentivar o debate sobre a crise da escola pública brasileira, o livro começa por um enunciado ambivalente: a escola pública brasileira é uma instância da sociedade política e da sociedade civil ao mesmo tempo. E afirma a necessidade de "reinterpretar a relação entre a sociedade política e a sociedade civil no Brasil de hoje" (p.14): é que a questão do Estado permeia a discussão sobre a escola, especialmente a escola pública, cujos trabalhadores subordinam-se a esse empregador.

Oportunamente o livro traz uma análise da situação do professorado da rede estadual paulista, onde a precariedade dos vínculos do trabalhador com o Estado é a marca, já que mais de 50% dos professores são admitidos em caráter temporário e a cada início de ano letivo mudam de local de trabalho (isto quando conseguem aulas no mesmo número das aulas do ano anterior). Não têm os direitos da CLT nem as garantias do serviço público, como os funcionários efetivos do Estado. Para os professores efetivos, a situação também não é das melhores. Fazendo um histórico das alterações por que passou a regulamentação da jornada de trabalho do professor estadual paulista desde a década de 60 e criticando os critérios para atribuição de aulas/jornada de cada docente, Silva Jr. ironiza: "não há trabalhador mais 'livre' que o professor da escola pública. Seu 'poder' de trabalhar é ilimitado. Pode trabalhar de manhã, à tarde, à noi-

te... em um local de trabalho, dois locais, três locais..." (p.112). Estes trabalhadores não podem se reunir e permanecer em um único local de trabalho. Isso enfraquece a união da categoria, ao mesmo tempo que prejudica o trabalho com os alunos, já que nem sempre há continuidade da orientação do professor para o aluno, de um ano letivo para o outro. Daí ser necessário conhecer o Estado e o poder público para lutar contra a condição de "horista" ou "aulista", segundo a análise feita.

Utilizando metáforas como "o dia", "a noite", "o amanhecer" da escola pública, o autor examina três programas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: a Jornada Única Docente e Discente, o Ensino Noturno e a Municipalização do Ensino. A Jornada única, correspondente ao "dia", atende apenas ao Ciclo Básico e apresenta-se como uma deformação da jornada de trabalho docente. O Projeto do Ensino Noturno, a "noite" da escola pública, não considera as circunstâncias especiais desse curso, onde se encontram os trabalhadores da escola e os trabalhadores-estudantes. A proposta da Municipalização do Ensino, ou o "amanhecer", ainda em estudo, poderá condizer com os interesses da escola se o pessoal que vive a realidade desta reconstruir as proposições legais, adequando-as ao real. Esses três fatos, ou momentos, são analisados a partir dos depoimentos de professores, diretores, supervisores, cujas percepções e representações dos problemas demonstram a desarticulação da escola como instituição especializada em ensinar, o descaso com que o poder público a trata e trata seus trabalhadores. Mas ao mesmo tempo em que esses problemas são apresentados existe a convicção de que há saídas, através da resistência da cultura escolar contra a instrumentalização da escola para servir a interesses que não são os dela mesma.

O autor aborda, ainda, a questão da administração do trabalho pedagógico e a prática da administração escolar na Secretaria da Educação do Estado de

São Paulo. Refere-se à polêmica sobre a forma de investidura do cargo de Diretor de Escola, discussão que demonstra a ambigüidade com que é considerada a administração escolar. Conclui ser necessário construir um novo corpo teórico sobre a especificidade da escola, repensando conceitos, admitindo rupturas; sobretudo, sonhar sonhos possíveis, sendo o critério do "possível" os critérios da vontade coletiva dos trabalhadores recuperando a escola pública.

Luci Silva Samartini

**FEMINISMO COMO CRÍTICA DA MODERNIDADE:
Releitura dos Pensamentos Contemporâneos do
Ponto de Vista da Mulher**

SEYLA BENHABIB e DRUCILLA CORNELL
(COORDS.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

A Editora Rosa dos Tempos brinda-nos com um livro de grande oportunidade. No momento em que o cenário intelectual parece voltar ao saudável exercício de oferecer mais questões do que respostas, mais dúvidas do que certezas definitivas, nada melhor do que nos depararmos com o pensamento criativo deste grupo de teóricas feministas. Discutindo com a teoria política e social contemporânea, as autoras não se limitam a desconstruí-la criticamente, mas oferecem um verdadeiro trabalho de reconstrução dos paradigmas científicos tradicionais. A política e a moral, o pensamento de Marx, a Escola de Frankfurt, Foucault, Beauvoir, Wittig, são trabalhados e questionados à luz da crítica feminista.

Ambicioso em sua proposta, este projeto não se encontra, porém, isolado. Antes, inscreve-se no conjunto da produção teórica feminista atual que, sob os mais variados enfoques, tem se engajado nesse processo de reconstrução das estruturas conceituais ou,

mais largamente, dos paradigmas de compreensão da realidade, em todos os campos do conhecimento.

Tratando-se de uma coletânea de artigos de várias autoras, é a experiência concreta das mulheres, atual e passada, tomada como ponto de partida para o questionamento das teorias abordadas, que unifica e dá coerência à obra.

A proposição teórica fundamental subjacente a todos os textos é a de que o confronto entre marxismo e feminismo exige o deslocamento do paradigma da produção. É o que Linda Nicholson trabalha, oferecendo uma espécie de capítulo programático para todo o livro: "Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico" (cap. 1). A autora desenvolve a crítica da categoria marxista de "produção" na medida em que esta se limita à criação de bens e alimentos, excluindo a geração e o cuidado dos seres humanos. Para ela, o problema está em que, paradoxalmente, o marxismo afirma a natureza histórica do modo de produção capitalista, porém certos aspectos da sociedade capitalista são falsamente generalizados. Assim, a interpretação marxista da "produção", como necessariamente distinta da "reprodução", impede a assunção do gênero como categoria analítica.

Os quatro capítulos seguintes podem ser vistos, de certa forma, como formando um conjunto, na discussão da racionalidade moderna. Fraser, Young, Benhabib e Markus (caps. 2, 3, 4 e 5, respectivamente) discutem a dicotomia público/privado e suas implicações na vida das mulheres. Embora com diferenças entre si, as autoras apresentam considerável consenso no sentido de que tal dicotomia, como princípio da organização social contemporânea, modelando a concepção dominante da razão, é perniciosa para as mulheres. Um segundo ponto de consenso entre as autoras é sua crítica da concepção liberal do Eu (*unencumbered self*). "O enfoque liberal do eu essencialmente como *persona* tem pouca compreensão da constituição psicosssexual do sujeito humano como um eu dotado de gênero, e é cego para o subtexto de gênero de nossas sociedades. Todavia, este último in-